



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08113662520218230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ALBERTO GERMANO DE SOUZA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

O autor apresentou aos autos boletim de primeiro atendimento médico na data do alegado acidente onde indica que o autor sofreu lesão no **MEMBRO INFERIOR ESQUERDO**. Vejamos:

27/12/2018 15 ... Guia de Atendimento 17 ...

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
Secretaria de Estado da Saúde
Hospital Geral de Roraima - PAAR / PSFE
Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 3308

1ª Classificação/Reclassificação
Vermelho
Laranja
Amarelo
Verde
Azul Ass.

Reclassificação
Vermelho
Laranja
Amarelo
Verde
Azul Ass.

Reclassificação
Vermelho
Laranja
Amarelo
Verde
Azul Ass.

801051793 27/12/2018 14:09:14 FICHA DE ATENDIMENTO TRAUMATOLOGIA DIURNO 07-19 12

Paciente: ALBERTO GERMANO DE SOUZA Data Nascimento: 30/07/1943 Idade: 75 A 4 M 28 D CNS: 700404454516147 CPF: 06514197272 Prontuário: 00037146

Tipo Doc: Documento Órgão Emissor: SSP/RR Data Emissão: 19/09/2013 Sexo: M Estado Civil: PARDADO Rapa/Cor: BOA VISTA - RR Nacionalidade: BRASILEIRA

Mãe: CELESTINA TERMINELI DE SOUZA Pai: MIGUEL GERMANO DE SOUZA Contato: (95) 99121-3031

Endereço: RUA - SOLDADO-POLICIA MILITAR DAMIAO GENTIL DE GOES - 120 - CARANA - BOA VISTA - RR Ocupação: PENSIONISTA

Class. de Risco: SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE Plano Convênio: N° da Carteira: Validade: Autorização: Sis Prenatal:

Motivo do Atendimento: ACIDENTE DE MOTO Caracter do Atendimento: URGÊNCIA Profissional do Atend.: Procedência: Temp.: Peso: Pressão:

Sol: GRANDE TRAUMA Tipo de Chegada: SAMU CAPITAL Procedimento Sol.: Registrado por: MICHELE CAVALCANTE

Queixa Principal: ☐ Síndrome Febril ☐ Sintomático Respiratório ☐ Suspeita de Dengue

Anamnese de Enfermagem: GSC TOTAL AO: 1234 RV: 12345 MRV: 123456

Anamnese - (HORA DA CONSULTA: h) *paciente vítima de acidente moto x moto*
ocorrido em 12/12 em MBE.

Exame Físico: *BBG, LHE, AOA, membros, membros.*
Amalgamado.

Hipótese Diagnóstica:

21-7 Chagachan Dr. Jonathan
laudo do Dr. Samuel de Azevedo, V. Lma de
laudo pericial (E) por colunas motoras
8-1-c off de laudo pericial (E).
Indicador, em termos de
laudo pericial, partes mais finas

CONTUDO, O LAUDO PERICIAL ELABORADO INDICOU INVALIDEZ PERMANENTE EM MEMBRO INFERIOR DIREITO.

Mantenho percentual de sequelas de membro inferior direito 25%.

Ora, a Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar que a lesão apresentada no **MEMBRO INFERIOR DIREITO** seja em decorrência do acidente de trânsito.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e um acidente automotor. Perceba que toda documentação carreada aos autos, em especial os documentos médicos apresentados, apontam no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado no **MEMBRO INFERIOR DIREITO** e o sinistro de trânsito alegado.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada no **MEMBRO INFERIOR DIREITO**, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 20 de junho de 2022.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

DIEGO PAULI
858 - OAB/RR